

Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local

ATA NÚMERO 18/XV/ 1.ª SL

Aos 14 dias do mês de setembro de 2022, pelas 11:00 horas, reuniu a Comissão da Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local, na Sala 5 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação das atas n.ºs 16 e 17, relativas às reuniões de 19 e 21 de julho;
2. Apreciação, discussão e votação do relatório final da Petição n.º [266/XIV/2.ª](#), da iniciativa de Grupo de Técnicos Superiores Vinculados ao Ministério da Educação - Para o direito à mobilidade dos técnicos superiores do Ministério da Educação

Relatora: Deputada Germana Rocha (PSD);

3. Ponto da situação da Conferência de dia 27 de setembro no Auditório António Almeida Santos;
4. Ponto da situação da visita de trabalho à CIM de Terras de Trás-os-Montes – 3 e 4 de outubro;
5. Apreciação e deliberação sobre as seguintes Notas de Admissibilidade:

[Petição n.º 13/XV/1.ª](#) - Enfermeiros reclamam descongelamento da carreira e avaliação de desempenho igual aos Enfermeiros da Região Autónoma da Madeira (11761 assinaturas)

Deputado relator: GP do PS

[Petição n.º 15/XV/1.ª](#) – Pelo desconto para a ADSE em 12 meses (562 assinaturas)

Deputado relator: GP do PSD

6. Distribuição das seguintes iniciativas legislativas:

[Projeto de Lei n.º 231/XV/1.ª \(PS\)](#) – Aprova a lei-quadro da atribuição da categoria das povoações



Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local

ATA NÚMERO 18/XV/ 1.ª SL

Deputado autor do parecer: GP do PSD

[Projeto de Lei n.º 232/XV/1.ª \(PS\)](#) – Procede à alteração dos limites territoriais entre a Freguesia de Caranguejeira, Município de Leiria, e a União das Freguesias de Matas e Cercal, Município de Ourém

Deputado autor do parecer: GP do PSD

[Proposta de Lei n.º 22/XV/1.ª \(ALRAA\)](#) – Décima quarta alteração à Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho

Deputado autor do parecer: GP do PS

7. Apreciação e votação do Requerimento apresentado pelo GP do CH para audição conjunta - Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local, Comissão de Agricultura e Pescas e Comissão de Ambiente e Energia - do Sindicato Nacional da Proteção Civil sobre a importância dos Sapadores Florestais;

8. Apreciação e votação do Requerimento apresentado pelo GP do CH para audição conjunta com caráter de urgência - Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local e Comissão de Ambiente e Energia – ao Presidente do Instituto de Conservação da Natureza e Florestas, Engenheiro Nuno Banza, sobre os incêndios devastadores ocorridos nos Parques Naturais da Arrábida e da Serra da Estrela;

9. Apreciação e votação do Requerimento apresentado pelo GP do PSD para audição com caráter de urgência da Ministra da Coesão Territorial, sobre o ordenamento do território. Solicita ainda o envio, por parte do Governo, do relatório sobre o estado do ordenamento do território, nos termos do n.º 1 do artigo 189.º do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial (DL n.º 80/2015 de 14 de maio);

10. Apreciação e votação do Requerimento apresentado pelo GP do PSD para audição com caráter de urgência do Presidente da ANAFRE, Jorge Veloso, e do Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território, Carlos Miguel, para um esclarecimento cabal relativamente ao facto de juntas de freguesia ainda não terem sido

Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local

ATA NÚMERO 18/XV/ 1.ª SL

ressarcidas pelo Governo de todos os gastos relacionados com a covid-19 durante todo o período de pandemia.

11. Apreciação e votação do parecer relativo ao Projeto de Lei n.º 188/XV/1.ª (PSD) –
Procede à alteração dos limites territoriais entre a Freguesia de A-dos Francos e a Freguesia de Vidais do concelho das Caldas da Rainha

Autora do parecer: Deputada Maria da Luz Rosinha (PS);

12. Outros assuntos.

A Senhora Presidente da Comissão, Deputada Isaura Morais (PSD) abriu a reunião dando as boas -vindas aos Senhores Deputados após a interrupção dos trabalhos parlamentares e desejou-lhes a continuação de bom trabalho até ao final da Sessão Legislativa. Informou os membros presentes das alterações na composição da Comissão, ocorridas a pedido do Grupos Parlamentar do PSD.

Deu início aos trabalhos entrando no ponto 1, tendo as atas n.ºs 16 e 17 sido submetidas a apreciação e, não merecendo observações, foram aprovadas por unanimidade.

A reunião prosseguiu com o ponto 3, a pedido do GP PS, que mereceu anuência dos demais, em virtude de a Senhora Deputada Susana Amador querer participar no ponto 2 e se encontrar momentaneamente a participar nos trabalhos de outra Comissão.

A Senhora Presidente da Comissão informou que se encontrava assegurado o Auditório António de Almeida Santo para a realização da Conferência agendada para o próximo dia 27 de setembro, pelo que a Comissão teria que fechar o programa da Conferência com a maior brevidade possível.

Após uma breve troca de impressões sobre a matéria entre os Senhores Deputados Isabel Guerreiro (PS), Susana Amador (PS) e Sofia Matos (PSD), ficou acordado que a conferencia teria um formato híbrido, presencial e online e que os grupos parlamentares

Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local

ATA NÚMERO 18/XV/ 1.ª SL

apresentariam sugestões para o programa da conferência até às 12 horas do dia 15 de setembro.

Já com a presença da Senhora Deputada Susana Amadora na reunião, a Senhora Presidente entrou de seguida no ponto 2, tendo de imediato dado a palavra à Senhora Deputada Germana Rocha (PS), relatora da Petição n.º [266/XIV/2.ª](#), para apresentar o seu relatório.

Finda a apresentação, a Senhora Presidente da Comissão, abriu a petição à discussão da Comissão, tendo solicitado a palavra a Senhora Deputada Susana Amador (PS).

A Senhora Deputada referiu que a Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas já prevê as situações e diversas modalidades de mobilidade para a generalidade da função pública, no âmbito da qual estabelece critérios muito concretos para a sua efetivação, que visam assegurar a justiça, equidade e imparcialidade. Em resposta ao pedido de informações sobre o peticionado pronunciaram-se a Provedoria da Justiça e o Ministério da Educação, sendo seu entendimento que o regime jurídico da mobilidade previsto na LGTFP garante o direito à mobilidade dos professores. Face ao que, o GP do PS entende que qualquer regime específico de modalidade para os professores, conforme peticionado, poderia, eventualmente, beliscar os princípios de justiça, equidade e imparcialidade já referidos, e que a LGTFP consegue dar resposta ao propósito pretendido pelos professores.

Dada a palavra à Senhora Deputada relatora, Germana Rocha (PSD), para uma intervenção final sobre a petição, referiu que efetivamente o que resulta das diligências efetuadas pela Comissão é que já existe uma resposta legal para o peticionado, no entanto, conforme propõe no relatório, sugere que da petição e respetivo relatório – uma vez aprovado - seja dado conhecimento aos Senhores Ministros da Presidência (responsável pela Administração Pública) e da Educação, bem como aos DURP e Grupos Parlamentares para a devida ponderação e oportunidade de providências legislativas no sentido apontado pelos peticionários.

Finda a apreciação da petição, pela Comissão, foi o relatório final submetido a votação e aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do IL, PCP e BE.

Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local

ATA NÚMERO 18/XV/ 1.ª SL

Os trabalhos prosseguiram com o ponto 4, tendo a Senhora Presidente relembrado que a deslocação da Comissão à Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-Os-Montes (CIM TTM) já estava autorizada pelo Senhor Presidente da Assembleia da República, pelo que solicitava aos Grupos Parlamentares que concretizassem o objetivo da visita e dessem os seus contributos para o programa da visita de trabalho, a fim de serem desencadeadas as diligências necessárias à sua concretização.

Após uma breve partilha de ideias em que participaram os Senhores Deputados Isabel Guerreiro (PS), Berta Nunes (PS), Sobrinho Teixeira (PS), Sofia Matos (PSD), Luis Gomes (PSD) e Bruno Nunes (CH), foi deliberado que a visita teria como temáticas a serem abordadas, a coesão territorial, a interioridade, a descentralização/delegação de competências nas CIM, fundos e o PRR, e a fixação da população. A visita iniciará com uma reunião com o Conselho Intermunicipal da CIM TTM, a fim de serem ouvidos os representantes políticos locais e as suas prioridades nestas temáticas. Seguir-se-ão, visitas a municípios e freguesias da CIM - de preferência lideradas por executivos de diversas forças partidárias -, bem como a serviços da administração pública e empresas que se revelem ser exemplos de excelência, por exemplo, nas soluções de inovação digital e na aplicação de fundos comunitários, a serem propostas pela CIM TTM. Poderão participar na visita Deputados efetivos e suplentes, que se deverão inscrever para o efeito, devendo ser assegurada a maior representatividade possível das diversas forças políticas.

No ponto 5 da ordem de trabalhos, foram apreciadas as notas de admissibilidade das petições n.ºs [13/XV/1.ª](#) e [15/XV/1.ª](#), que, não merecendo quaisquer observações, for submetidas à votação e aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do IL, PCP e BE. Foram nomeados relatores para cada uma das petições, respetivamente, os Senhores Deputados Eurídice Pereira (PS) e João Paulo Barbosa de Melo (PSD).

Para efeitos de nomeação de relator para a elaboração do parecer da Comissão, no ponto 6 procedeu-se à distribuição das seguintes iniciativas legislativas:

Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local

ATA NÚMERO 18/XV/ 1.ª SL

- [Projeto de Lei n.º 231/XV/1.ª \(PS\)](#) – Aprova a lei-quadro da atribuição da categoria das povoações

Nomeado Deputado autor do parecer, o Senhor Deputado Firmino Marques (PSD);

- [Projeto de Lei n.º 232/XV/1.ª \(PS\)](#) – Procede à alteração dos limites territoriais entre a Freguesia de Caranguejeira, Município de Leiria, e a União das Freguesias de Matas e Cercal, Município de Ourém

Nomeado Deputado autor do parecer, o Senhor Deputado Firmino Marques (PSD);

- [Proposta de Lei n.º 22/XV/1.ª \(ALRAA\)](#) – Décima quarta alteração à Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho

Nomeado Deputado autor do parecer, a Senhora Deputada Suasana Amador (PS).

Dando continuidade aos trabalhos, entrou-se no ponto 7, tendo sido dada a palavra ao Senhor Deputado Bruno Nunes (CH) para em nome do seu grupo parlamentar fazer a apresentação do requerimento para ouvir em audição o Sindicato nacional da Proteção Civil, sobre a importância dos Sapadores Florestais.

Finda a apresentação, a Senhora Deputada Eurídice Pereira (PS) teceu umas breves considerações sobre o histórico dos trabalhos parlamentares mais recentes na matéria, bem como sobre a extensão do convite à Comissão do Ambiente e Energia. Não obstante, conclui dizendo que o GP PS não se iria opor ao requerido, embora seja convicção do seu Grupo Parlamentar que se justificaria ouvir também outras entidades sobre a matéria, para além do Sindicato.

Não havendo outras intervenções, a Senhora Presidente da Comissão submeteu o requerimento a votação, tendo sido aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do IL, PCP e BE.

Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local

ATA NÚMERO 18/XV/ 1.ª SL

Seguidamente, no ponto 8, foi novamente dada a palavra ao Senhor Deputado Bruno Nunes (CH) para em nome do seu grupo parlamentar fazer a apresentação do requerimento para a audição, com carácter de urgência, do Senhor Presidente do Instituto da Conservação da Natureza e Florestas (ICNF), sobre os incêndios devastadores nos Parques Naturais da Arrábida e da Serra da Estrela.

Finda a apresentação, usou da palavra o Senhor Deputado Luís Gomes (PSD) para solicitar ao requerente que alterasse o requerimento para incluir a audição do Senhor Secretário de Estado das Florestas.

Por sua vez, a Senhora Deputada Eurídice Pereira (PS) disse ter dúvidas sobre a competência da Comissão para receber o requerimento tendo em conta o seu enquadramento e os objetivos pretendidos com a audição. Referiu que em reunião do mesmo dia, da 1.ª Comissão, o GP do CH já havia apresentado um requerimento para ouvir um conjunto de 6 entidades sobre matéria idêntica, de entre os quais o Ministro da Administração Interna e o Presidente do ICNF, tendo sido rejeitado. Foi, todavia, aprovado o requerimento apresentado pelo GP do PS, para uma audição conjunta com a Comissão de Agricultura e Pescas, do Ministro da Administração Interna, sobre os incêndios que deflagraram durante o ano de 2022, uma vez que os incêndios florestais tem sido uma matéria habitualmente acompanhada pela Comissão da Agricultura.

Seguidamente, usou da palavra a Senhora Deputada Isabel Guerreiro (PS), para solicitar o adiamento da apreciação e votação do requerimento, a fim de serem dissipadas as dúvidas suscitadas pelo seu grupo parlamentar.

Dada a palavra ao requerente, o Senhor Deputado Bruno Nunes (CH) disse aceitar alterar o requerimento para incluir a audição do Senhor Secretário de Estado das Florestas, conforme solicitado pelo GP do PSD, bem como o adiamento da votação do mesmo, solicitado pelo GP do PS, embora neste último caso não entendesse como é que o requerimento não se enquadrava no âmbito das competências da Comissão que tem o ordenamento do território.

Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local

ATA NÚMERO 18/XV/ 1.ª SL

Não havendo oposição dos restantes membros da Comissão a Senhora Presidente deu por adiado este ponto, o qual será levado a reunião de Mesa e Coordenadores a agendar antes da realização da próxima reunião da Comissão.

A reunião continuou com a apreciação do requerimento apresentado pelo GP do PSD, constante do ponto 9 da ordem de trabalhos. O Senhor Deputado Luís Gomes (PSD) fez a apresentação do requerimento referindo que está em causa o cumprimento de uma obrigação legal por parte do Governo à Assembleia da República, de dois em dois anos, o que não tem sido exigido, mas se enquadra no âmbito dos poderes de fiscalização política da Assembleia da República.

Merecendo a concordância da Comissão, a Senhora Presidente submeteu o requerimento à votação tendo sido aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do IL, PCP e BE.

Por último, foi apresentado o requerimento do GP do PSD constante do ponto 10, relativo à situação das juntas de freguesia ainda não terem sido ressarcidas pelo Governo de todos os gastos relacionados com a covid-19 durante todo o período de pandemia. O requerimento foi apresentado pela Senhora Deputada Sofia Matos (PSD), que justificou o pedido com base nas informações contraditórias que sobre a matéria têm sido prestadas pelas duas entidades cuja audição requeriam: ANAFRE e o Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território.

Finda a apresentação e não tendo havido outras observações ao requerimento, foi o mesmo submetido a votação e aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do IL, PCP e BE.

No final da votação, solicitou a palavra o Senhor Deputado Bruno Nunes (CH) para informar a Comissão que o GP do CH já havia questionado o Governo sobre a matéria, tendo obtido a resposta de que o Governo não tem aferida qualquer verba para este efeito, em virtude de não ter assumido qualquer compromisso nesse sentido. Considerou por isso premente as audições aprovadas, a fim de esclarecer a matéria.

Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local

ATA NÚMERO 18/XV/ 1.ª SL

Entrado no ponto 11 da ordem de trabalhos, a senhora Presidente informou que o parecer agendado não chegou aos serviços da Comissão, pelo que este ponto seria reagendado para a próxima reunião da Comissão.

No último ponto da ordem de trabalhos, verificou-se não haver outros assuntos a tratar, pelo que a Senhora Presidente deu os trabalhos por concluídos e agradeceu a presença e participação dos senhores Deputados.

A reunião foi gravada em suporte [audio](#), pelo que se dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

A reunião por encerrada às 13:00 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 14 setembro 2022.

A PRESIDENTE



(ISAURA MORAIS)



Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local

ATA NÚMERO 18/XV/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Eurídice Pereira (PS)
Isabel Guerreiro (PS)
José Carlos Alexandrino (PS)
Norberto Patinho (PS)
Ricardo Lima (PS)
Ricardo Lino (PS)
Sobrinho Teixeira (PS)
Susana Amador (PS)
Firmino Marques (PSD)
Germana Rocha (PSD)
Isaura Morais (PSD)
João Barbosa De Melo (PSD)
Luís Gomes (PSD)
Maria Gabriela Fonseca (PSD)
Sofia Matos (PSD)
Bruno Nunes (CH)
Carlos Guimarães Pinto (IL)
Agostinho Santa (PS)
Berta Nunes (PS)
Tiago Soares Monteiro (PS)
Fátima Ramos (PSD)
Francisco Pimentel (PSD)
Jorge Paulo Oliveira (PSD)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

João Azevedo (PS)
Pedro Cegonho (PS)
Firmino Pereira (PSD)



Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local

ATA NÚMERO 18/XV/ 1.ª SL

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Maria Da Luz Rosinha (PS)

Paula Santos (PCP)

José Moura Soeiro (BE)